

Cadernos

VIVARIO

Ano 2 • Nº 5 • Setembro de 2016

ISSN 2446-9475

Favela Tem Memória



Conselho Editorial

Ana Schneider
Carlos Costa
Carlos Fernandes
Francisco Araujo
Francisco Potiguara
Marília Rocha
Silvio Maffei
Tião Santos
Ubiratan Ângelo
Jonas Araujo
Fabiano Dias Monteiro

Redação e Revisão

Thaís Cavalcante
Lucas Almeida
Rafael Lima
Rafael Navarro
Celina Cortes

Projeto Gráfico

Anna Carollina Bulcão
Erick Rodrigues

Fotos

Lucas Almeida
Walter Mesquita



VIVARIO

Diretor Executivo

Rubem César Fernandes

Vice-Diretora Executiva

Caroline Caçador

Rua do Russel, 76 - Glória
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22210-010
Tel.: (21) 2555-3750
Fax: (21) 2555-3763
www.vivario.org.br
facebook.com/ongvivario
twitter@viva_rio

Apresentação

Em seus mais de vinte anos de existência o Viva Rio tem se caracterizado como uma instituição comprometida com o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade engajados na redução das desigualdades e na sedimentação de uma cultura da paz.

Este número da Revista Relatórios Viva Rio busca um alinhamento entre passado, presente e futuro, resgatando a memória social de moradores de favelas do Rio de Janeiro, a partir da estruturação do Projeto Favela Tem Memória, desenvolvido em parceria com Ministério da Cultura e Metrô Rio (Instituto Invepar).

Neste número, seguimos os passos desse projeto e da luta dos moradores das favelas pela valorização de seu passado e por um futuro digno e feliz.

No primeiro artigo o fotógrafo e publicitário Lucas Almeida, em parceria com a jornalista comunitária Thaís Cavalcante, remonta a história do Favela Tem Memória traduzindo em imagens e texto as “dores e delícias” da vida nos Morros.

O historiador Rafael Lima Alves de Souza conta as arbitrariedades e violências que envolveram história da remoção do Morro do Santo Antônio que deu lugar ao atual Largo da Carioca.

O historiador social Raphael Navarro faz uma análise histórica que tem como perspectiva as vicissitudes da democratização efetiva do espaço público no Brasil e suas conseqüências para a contemporaneidade.

Boa leitura!

Índice

- 4** **O projeto Favela tem memória**
Lucas Almeida
- 8** **Articulação Comunitária como protagonismo nos territórios populares**
Thaís Cavalcante
- 12** **Desmonte e remoção**
Rafael Lima Alves de Souza
- 18** **Embelezamento, modernização e favelização**
Rafael Navarro Costa

Relatórios Viva Rio

É uma publicação de conteúdo variado, voltada para a divulgação de reflexões e análises técnicas, sobretudo em políticas públicas produzidas por coordenadores, gestores de projetos e especialistas nos temas relacionados aos campos de ação do Viva Rio. Nos Relatórios Viva Rio publicaremos pesquisas, relatórios e análises orientadas por questões atuais em temáticas relacionadas a direitos humanos, segurança pública, saúde, educação e inclusão social.





Lucas dos Santos de Almeida - Formado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Castelo Branco, trabalha na comunicação do Viva Rio. Desde de jovem atua como fotógrafo, recentemente ampliou sua área de atuação para área de vídeo.



O projeto Favela tem Memória

Lucas Almeida

Eram meados de 2007 quando o Viva Favela, um projeto do Viva Rio, dava início a um marco histórico nas favelas do Rio de Janeiro: contar a vida de pessoas e lembrar histórias sobre as comunidades espalhadas pelo estado, ou até fora dele. Assim surgiu o portal Favela tem Memória (FTM).

O objetivo do Favela tem Memória era reunir forças em torno das iniciativas de construção da memória das favelas, sem a pretensão de resgatar uma verdade única dos fatos. O portal registrou lembranças dos moradores mais velhos, sentimentos, experiências pessoais e familiares, recolheu relatos de acontecimentos marcantes a partir de diferentes interpretações, resgatou vivências coletivas de participação política, associativa ou religiosa e estimulou a circulação de histórias do passado para reforçar laços, identidades e sonhos do presente.

O portal pretendia lembrar não apenas os moradores históricos, como entender o significado de algumas palavras bastante usadas nas comunidades, como era o caso da seção Favelário. Para lembrar como era a voz daquele sambista tradicional criado no morro existia a seção Gramophone. Em seções distintas, o site enaltecia a memória das favelas.

Após um hiato na produção de conteúdo, o projeto foi reformulado e relançado em dezembro de 2015. O novo site trouxe algumas novidades neste retorno, que possibilitaram uma melhor leitura e compreensão de suas seções. O projeto incluiu uma exposição digital itinerante, o Favela conta sua história, que exibiu o conteúdo produzido para o novo acervo audiovisual do portal. A exposição aconteceu entre fevereiro e março de 2016, realizada com o apoio do Metrô Rio, Correio da Manhã e Instituto Invepar.

O Correio da Manhã, primeiro jornal do país, disponibilizou para o portal FTM um grande acervo fotográfico das comunidades do Rio em diferentes situações. Os registros foram feitos em preto e branco, o que caracteriza os tempos difíceis travados pelas favelas das décadas passadas.

Por trás das câmeras em meio às vielas

A realidade vivida por cada favela escolhida para o projeto Favela tem Memória, tinha em comum a luta por direitos, pela igualdade, melhorias, cultura e educação. Cada uma delas, porém, possuía suas peculiaridades.

Ao serem perguntados sobre sua origem ou história do local onde vivia cada

personalidade, os entrevistados deixavam claro o amor e o respeito por sua favela. O que para muitos poderia ser um distanciamento de suas origens, para os 17 entrevistados e alguns articuladores, era o que realmente movia sua iniciativa pela representatividade.

Nas entrevistas, os moradores transmitiam como era o cotidiano de sua favela ao longo da história, no contexto da região onde se encontravam. Este era um dos pontos de partida para a produção das reportagens realizadas pelo projeto.

Durante algumas horas de entrevistas, entre uma gargalhada e outra, momentos de

reflexão e pausas para recordar um fato mais distante, era possível embarcar na “viagem” do personagem a cada lembrança contada.

Entre idas e vindas por morros e becos, foi possível sentir como era visto e admirado cada personagem de sua favela. Muitas vezes as entrevistas foram interrompidas por conta de um cumprimento mais caloroso, ou de um comentário do dia a dia. Foi o caso da Dona Cacá, moradora nascida e criada na Mangueira. Nascida em uma família de “gordos”, Dona Cátia Cilene, candomblecista, é sempre procurada por seus vizinhos para realizar banhos de limpeza espiritual.



Como as reportagens aconteciam?

A busca pelos personagens de cada região era iniciada pelo articulador, que, além de procurá-los, mediava e sinalizava os primeiros contatos, locais, datas das gravações e conversas a serem feitas pela equipe do projeto.

Ao entrar em contato, o jornalista responsável pela reportagem dava continuidade à produção, ajustando as datas e agendando a gravação. Na maioria das vezes, esta etapa se deu através de telefones indicados pelo Metrô Rio.

Ao chegar à data marcada, a produção do projeto (jornalista, câmeras, fotógrafo e mediador), se encontrava no local indicado, geralmente dentro da favela do morador. A exceção foi o morro Santo Antônio (atual Largo da Carioca), que não existe mais.

A gravação fluía como um bate papo, quando o personagem recordava os momentos de sua vida, de sua favela e da forma como as histórias aconteceram.

“Durante algumas horas de entrevistas, era possível embarcar na viagem do personagem a cada lembrança contada.”

(Lucas Almeida)

Thaís Cavalcante da Silva - Graduanda no Curso de Jornalismo no Centro Universitário Carioca (Unicarioca), trabalha com Mídias Sociais na comunicação do Viva Rio e com jornalismo comunitário no Conjunto de Favelas da Maré.



Articulação Comunitária como protagonismo nos territórios populares

Thaís Cavalcante

O sentimento de resistência move os principais personagens de cada história das favelas cariocas, espaços criminalizados desde seu surgimento. É desta forma que a construção e o fortalecimento da cidadania se afirmam como indispensáveis, dentro de um cenário complexo. De um lado: violência e violação de direitos humanos e do outro: luta e mudança social.

O morador fez de seu conhecimento territorial uma ponte para transformar a realidade. Graças a necessidades individuais e coletivas surgidas ao longo do tempo, a liderança se unifica e se enquadra como parte de uma convicção de vida, seja ela política, moral ou social.

A ideia de unir pessoas em prol de uma causa auxilia essas articulações, para que o protagonismo seja colaborativo e os interessados tenham espaço próprio de visibilidade. Com isso, as ideias são organizadas para serem colocadas em prática.

Enquanto as dificuldades do cotidiano prejudicam a continuidade do trabalho, a insistência em projetar o futuro continua sua trajetória. Um desses exemplos é Alzira

Amaral, de 57 anos, criada no Morro Pavão-Pavãozinho, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Sua militância foi marcada pela atuação de um familiar na associação de moradores do morro. Com todo o aprendizado e ideias para por em prática, ela participou ativamente de diversos projetos educacionais e sociais locais. A naturalidade como essa e outras narrativas acontecem se dá pelo desejo singular de mudança comum aos entrevistados.

A famosa Dona Alzira, reconhecida como uma importante líder comunitária, traz consigo muitos anos de experiência e fortes objetivos. Em 2015, deixou claro na entrevista ao projeto Favela Tem Memória que a busca por recursos básicos é uma etapa e cada passo dado representa uma conquista.

Inúmeras histórias como essa se repetem, porém com perspectivas diferentes. Elas são marcadas pelo protagonismo comunitário, sem ajuda governamental. A ação voluntária, por sinal, vem se expandindo, seja através de promoção institucional ou individual. O crescimento de projetos na área de cultura, artes e educação acontece estimulado pelo ensino que vai além do padrão educacional engessado do país.

Os resultados que aparecem a longo prazo nos espaços beneficiados pelas ações comunitárias não são documentados e muitas vezes não são acompanhados por prestação de contas. A independência e o sucesso surgem espontaneamente como respostas à ideologia, reafirmada sobretudo pelas ações práticas.

Trabalho de campo: a memória local através da construção social

O desenvolvimento urbano das favelas cariocas tem um histórico de crescimento desordenado. As etapas que aos poucos fizeram história se distribuem em cada pedaço de chão que une, hoje, as ruas, becos e vielas das comunidades cariocas. Atualmente, são mais de 11 milhões de pessoas vivendo em favelas no estado do Rio de Janeiro.

A equipe do projeto conheceu pessoas que formam uma importante parte dessa memória. A rede de atuação de cada entrevistado demonstra a força de mobilização em meio a dificuldades. Com a construção de projetos, espaços e redes, a experiência de militância é compartilhada e

vivenciada também nas próximas gerações. Com a partilha desse conhecimento, os grupos que se direcionam para diferentes assuntos agem de acordo com a necessidade dos moradores. Um exemplo de ativismo no Morro do Borel é a moradora Dona Ruth Pereira, com sua vida marcada por momentos difíceis das remoções e pela falta de direitos básicos.

Parte de sua vida foi publicada no livro *Histórias de favelas da Grande Tijuca: contadas por quem faz parte delas*, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), para mostrar como a prática de trabalhos comunitários otimiza resultados que, a longo prazo, afetam principalmente o futuro de crianças e jovens, grande parte dos beneficiados por programas e projetos sociais.

Nesse processo de contribuir com o desenvolvimento social de um público alvo já conhecido, Dona Ruth, também conhecida no morro pelas suas práticas religiosas e sociais, é mais que um exemplo de superação em meio a tantos problemas.



A documentação do passado e do presente pelo conteúdo virtual

O novo portal do projeto <http://favelatemmemoria.com.br/> tem o objetivo de resgatar e preservar a memória social. Nos setores do site, diferentes materiais estão disponibilizados em formatos diversos. Os áudios trazem grandes nomes do samba nas favelas cariocas que marcaram época. Os vídeos registram depoimentos dos moradores em seu território de atuação. As fotografias revivem memórias: remoções, construções e outras mudanças responsáveis pelo desenvolvimento urbano da cidade. Os textos documentam todos os detalhes das vidas de pessoas que acreditam na luta do protagonismo comunitário.

As principais comunidades documentadas no portal formam uma rede, entre as Linhas 1 e 2 das Estações do Metrô Rio. Outros territórios populares também têm seu espaço. Com isso, o projeto contempla todos os cantos da cidade: Centro, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Sul.

Sobre nós, conta um pouco da trajetória que se resume em pesquisa, produção e exposição. Já o dicionário Favelês tem características inéditas, se comparado a qualquer outro dicionário: as gírias

Responsabilidade Social do Metrô Rio

Segundo o MetrôRio, sua responsabilidade é promover uma qualidade de vida, assumido pela empresa em prol do desenvolvimento humano. Seu compromisso começa nos trilhos, mas se estende por toda cidade, apoiando assim iniciativas como treinamentos, cursos, programas ambientais, sociais, artísticos, culturais e educacionais.

O MetrôRio pretende reforçar os vínculos com seus colaboradores, com as comunidades localizadas em áreas próximas às estações (como as do projeto Favela tem Memória) e, principalmente, com a sociedade.

conhecidas nesses espaços têm definições, o que traz representatividade e pertencimento ao morador, que tem uma cultura própria para se relacionar com seus vizinhos. Na seção de Fotos, os ensaios fotográficos apresentam o ontem e o hoje de cada comunidade. O Folhetim reúne as matérias mais interessantes sobre diferentes acontecimentos nos morros. O texto Carnaval: a resistência cultural dos anos 70 é um dos materiais que ilustram a seção. Confira em: <http://bit.ly/1Uhsy0z>

A vitrola traz personagens memoráveis que fizeram do samba uma herança em suas comunidades. Já a seção Favela em Números reúne dados sobre diferentes temas sociais, como as maiores favelas do Brasil, a distribuição da população e mapas.

*Estima-se que cerca de 11 milhões de brasileiros (6% da população total) morem em favelas. São Paulo (2,7 milhões) e Rio de Janeiro (2 milhões) são os estados com as maiores populações que vivem em comunidades.

O leitor do site encontra espaço não só para ganhar conhecimento, como também para compartilhá-lo. Na seção Compartilhe sua memória, qualquer pessoa pode contar sua história e incluí-la no baú do portal.

Para a instituição, as ações de Responsabilidade Social são uma maneira de agradecer àqueles que acreditam e confiam em seus serviços, que vestem a camisa da empresa e os torna uma referência em transporte público no país. A ética e a transparência fazem parte de seus projetos que visam um Rio de Janeiro com mais qualidade de vida ou, simplesmente, um lugar melhor para se viver.*

*Trecho extraído do site do projeto Favela Tem Memória. Disponível em: <http://favelatemmemoria.com.br/favela-em-numeros/favelas-em-numeros/> Acesso 31/05/2016)

** Trecho extraído do site do MetrôRio. Disponível em: www.metrorio.com.br/Empresa/ResponsabilidadeSocial. Acesso 31/05/2016

Rafael Lima Alves de Souza - Professor de História da PUC-Rio, onde defendeu tese de doutorado (2015) acerca do escritor Marques Rebelo e sua relação com o cotidiano e a experiência urbana carioca.



Desmonte e remoção: considerações sobre o morro e a favela de Santo Antônio

Rafael Lima Alves de Souza

Resumo

O presente artigo trata da história da cidade do Rio de Janeiro a partir do Morro de Santo Antônio, cujo desmonte foi realizado entre os anos 1950 e 1960 e sobre o qual concedi um depoimento para o projeto Favela Tem Memória. Atualmente localizado entre os largos da Carioca e da Lapa e entre as ruas da Carioca, do Lavradio e Evaristo da Veiga, o Morro de Santo Antônio foi, juntamente com os morros do Castelo, de São Bento e da Conceição, um dos marcos fundamentais do Rio colonial, representando seu limite físico em direção ao interior, à Zona Norte. Já na aurora do século XX, com o desenvolvimento urbano tão progressivo quanto desigual do Rio, o Morro de Santo Antônio, ainda um pacato sítio em pleno Centro, abrigou uma das primeiras favelas - senão a primeira - da cidade.

Palavras-chave: Morro de Santo Antônio, Rio de Janeiro, História, Favela, Memória

Introdução

Imbuída do mais sincero desejo de comprovar sua hipótese de que os dramas humanos são universais, a antropóloga americana Laura Bohannan assumiu a missão de apresentar Hamlet para os Tiv, da África Ocidental. Certa de que aquele povo - e de que, na verdade, qualquer povo - compreenderia perfeitamente a única leitura possível da história do príncipe da Dinamarca, qual não foi a sua surpresa ao perceber que os Tiv não apenas recusaram o papel de passivos ouvintes daquela tragédia, como desconfiaram de sua verossimilhança, chegando ao ponto de interferirem e sugerirem possibilidades e caminhos outros,

jamais pensados pela narradora que ali se pretendia onisciente.

Laura relatou essa rica e divertida experiência no texto intitulado Shakespeare na Selva (BOHANNAN, 1989), o qual resumi acima apenas para chamar a atenção para uma maneira de se conhecer a cidade que considero fundamental: a cidade também pode ser compreendida como uma narrativa. Porém, mais do que isso: a cidade constitui-se de uma série multifacetada de narrativas provenientes de variados sujeitos e grupos sociais que, ao longo da história, foram excluídos ou inseridos a contragosto

numa narrativa urbana que se quer única e inquestionável, porquanto pretensamente universal.

Nesse sentido, para além da, e insinuando-se na Cidade, esse ente espacial abstrato, estão as cidades, prenes de experiências e memórias, fruto de inúmeras disputas ao longo do processo histórico assim como na dimensão cotidiana da vida. Assim é, portanto, o Rio de Janeiro, “uma cidade com muitas cidades dentro”, para usar a

Santo Antônio, o morro

Entre meados do século XVI, período de fundação da cidade, e os primeiros anos do século XIX, o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro se concentrou basicamente em torno de uma espécie de quadrilátero natural que envolvia os morros do Castelo, de São Bento e da Conceição, envoltos pela Baía de Guanabara, e o de Santo Antônio, mais ao interior. Este último representou, assim, durante muito tempo, os limite da cidade, ou a fronteira entre o urbano e rural no Rio colonial.

Sítio não apenas longínquo como também alheio à dinâmica comercial da cidade, cuja economia girava em torno de seu porto, o Morro de Santo Antônio carregou por séculos a imagem da pacatez, reforçada pela discreta presença de seus praticamente únicos habitantes, os frades franciscanos que lá se instalaram no início do século XVII, no Convento de Santo de Antônio, ao lado do qual construiriam em seguida a Igreja de São Francisco da Penitência.

Dali, os franciscanos certamente tiveram uma visão privilegiada de algumas importantes transformações pelas quais passou o Rio de Janeiro, sobretudo as que dizem respeito à remoção de obstáculos para a ocupação da várzea a partir do Morro do Castelo, onde a cidade havia sido fundada em definitivo depois de vencida a dupla e sangrenta batalha contra os franceses e tupinambás na Baía de Guanabara. Desse morro, praticamente defronte ao de Santo Antônio,

feliz expressão do escritor carioca Marques Rebelo. Dito isto, tratarei nas breves linhas a seguir da história desta cidade a partir do Morro de Santo Antônio, um de seus primeiros marcos, que abrigou também uma de suas primeiras favelas, cujas memórias foram soterradas entre os anos 1950 e 1960 por uma narrativa urbanística funcionalista que se pretendia - e que talvez ainda se pretenda - única e universal.

a cidade cresceu e se expandiu, mas não sem encontrar enormes dificuldades para transpor a natureza local.

Entre essas dificuldades, destacam-se as regiões pantanosas e alagadiças, por um lado, e a falta de fontes de água potável, por outro. E justamente bem ali, ao pé do Morro de Santo Antônio, havia uma dessas lagoas, a lagoa de Santo Antônio, que, uma vez aterrada, daria origem ao Largo da Carioca. Largo este que, por sua vez, foi fundamental na questão do abastecimento de água para a região central da cidade: lá foi instaurado o chafariz da Carioca, quer dizer, o chafariz de cujas bicas jorravam as águas cristalinas do rio de mesmo nome e que foi canalizado no século XVIII através do Aqueduto da Carioca, que ligava o morro de Santa Teresa ao morro de Santo Antônio (CAVALCANTI, 2004).

Por isso mesmo, os franciscanos também devem ter visto o intenso movimento que se dava no entorno daquele chafariz, sobretudo o dos escravos aguadeiros que abasteciam as casas do entorno. Daí que, do Santo Antônio, era possível observar toda uma interessante movimentação, além de uma atmosfera de encontros e sociabilidade, origem da cultura urbana carioca. No entanto, essa mesma atmosfera deixaria entrever aos mais perspicazes uma tensão que, consolidada no século XIX, acabou por se tornar uma das marcas mais características do Rio de Janeiro, a saber: a presença de toda uma população

pobre, majoritariamente negra, no espaço da rua, logo associada pelo poder público e pela sociedade à ideia de desordem urbana que precisava ser combatida pela via policial. Em outras palavras, a tensão de que falamos aqui era promovida, no limite, pelo embate entre a cidade e o projeto civilizatório a ela imposto pela Corte, pela função de cidade-capital a ser exercida pelo Rio de Janeiro. (BARRA, 2008)

Para além da força policial, e em conjunto com ela, foi o saber médico, cuja pretensão à verdade e à universalidade foi brilhantemente ironizada por Machado de Assis (1881) em seu célebre livro *O Alienista*, o responsável, em última instância, por balizar o projeto civilizatório que atravessou a cidade até a primeira metade do século XX, haja vista a Revolta da Vacina, um dos episódios mais

tensos do Rio de Janeiro daquele período. Importa dizer ainda que não demoraria muito e esse mesmo saber médico voltaria seus esforços contra os morros da cidade, vistos como entraves à circulação de ar, especialmente o do Castelo, finalmente arrasado entre os anos de 1920 e 1922, quando se comemorava o centenário da Independência.

Nesse sentido, a manutenção da ordem e facilitação da circulação formam um biônimo, de inspiração num certo ideal europeu, a partir do qual o poder instituído realizaria suas principais intervenções e reformas urbanas no Rio de Janeiro. Assim, temos um persistente e duradouro projeto de apagar certos marcos e, sobretudo, certas memórias da cidade, por cima das quais se escrevem outras, oficiais.

Santo Antônio, a favela

Um dos resultados desse excludente projeto civilizatório seria o já bastante debatido processo de expulsão das camadas mais pobres da população do Centro da cidade, o que ocorreu especialmente a partir das reformas promovida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906). Some-se a isso o considerável crescimento demográfico do Rio de Janeiro desse período e chegaremos ao surgimento dos primeiros ajuntamentos de casebres, feitos com toda sorte de precaríssimos materiais, instalados nos morros da cidade, incluindo aí os pioneiros Morro da Favela, que acabou por denominar todos os ajuntamentos da mesma natureza, e Morro de Santo Antônio, em pleno centro da cidade. Desse modo, na aurora do século XX, o Morro de Santo Antônio, mesmo mantendo a sua aura bucólica, passa a chamar a atenção por essa nova função, a de servir de moradia para famílias pobres que, de outra forma, teriam que se transferir, provavelmente sob as mesmas condições, para os subúrbios da cidade.

O desmonte do Santo Antônio foi incluído entre as “cinco obras de vulto” projetadas

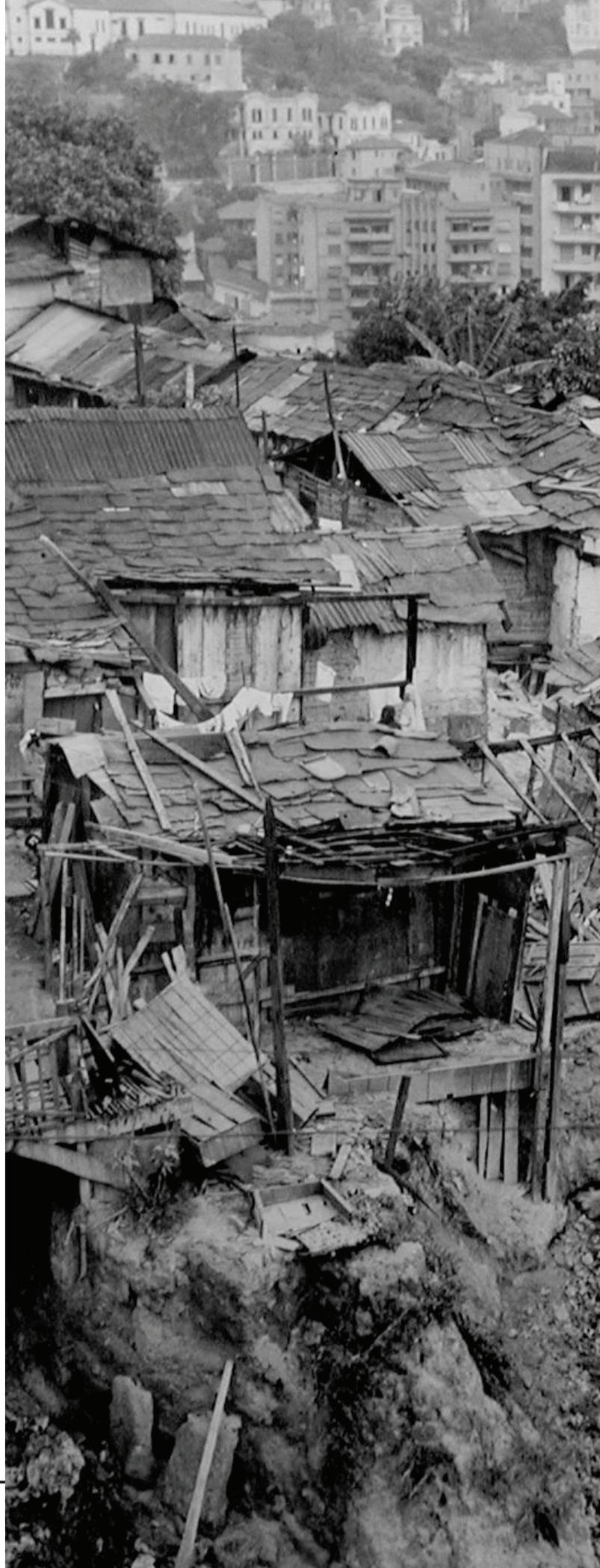
para o início da década de 1940 pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), que também previa a abertura das avenida Presidente Vargas e Brasil, a duplicação do Túnel do Leme e a conclusão da Esplanada do Castelo. Portanto, a justificativa do projeto passava pela criação de um sistema articulado de avenidas que fosse capaz de solucionar o problema do tráfego urbano, quer-se dizer, da intensa circulação de veículos, nesse caso entre o Centro e a Zona Norte, que crescia bastante nesse contexto.

No entanto, cabe lembrar que as favelas eram vistas pelo poder público como o espaço da desordem, da insalubridade, da perversão, do atraso, enfim. E que esse foi o período no qual o processo de favelização não apenas se consolidava, como se expandia em direção à Zona Sul e aos subúrbios (ABREU, 2006). Não foi por acaso, então, que, justamente no Estado Novo, o Código de Obras datado de 1937 legislava de forma pioneira sobre o assunto com o objetivo de controlar as favelas existentes e proibir o surgimento de novas (AMOROSO, 2006).

O desmonte do Santo Antônio só não foi levado a termo naquele momento porque, no contexto da Segunda Guerra Mundial, faltou dinheiro à prefeitura para dar início às obras. De todo modo, o que tenciono dizer é que ali foi decretado o seu fim. Nem o morro e nem tampouco a favela de Santo Antônio resistiriam ao renovado paradigma reformista, agora travestido com um viés científico próprio do urbanismo funcionalista que animava o corpo técnico da prefeitura. Dentro dessa perspectiva, resolviam-se dois problemas com uma intervenção só: o da falta de circulação, para o qual o morro seria um indesejável obstáculo natural, e o da desordem, para o qual a favela constituía um indesejável obstáculo social.

Considerações Finais

“Salvo” pela guerra, o Santo Antônio viria abaixo nas décadas seguintes. A obra, iniciada na administração Dulcídio Cardoso (1952-1954), passou por inúmeras dificuldades e reveses até ser concluída por Negrão de Lima (1958-1960). Em seu lugar, ou melhor, cortando-o em duas partes, está uma ampla via, a Avenida Chile, por onde carros e ônibus passam todos os dias no ir e vir apressado da metrópole que se tornou o Rio de Janeiro. Suas terras serviram para as obras do Aterro do Flamengo. No pouco que sobrou do morro, prédios imponentes estão dispostos na paisagem como acentos futurísticos. É bem verdade que quem passar hoje pelo Largo da Carioca perceberá que os franciscanos sobreviveram e continuam lá, no mesmo lugar, como que a ligar o passado e o presente da cidade. Já os seus antigos vizinhos, os habitantes da favela, não sabemos exatamente por onde andam. Ainda assim, de alguma forma, sua memória permanece latente nas ruínas do velho Santo Antônio, bem como sua memória faz-se de suma importância para que as cidades possam atravessar decisivamente os homogeneizantes e autoritários projetos de Cidade que, hoje, insistem em dar as cartas - olímpicas - no Rio de Janeiro.





Rafael Navarro Costa - Possui graduação em História pela UERJ (2005) e Mestrado em História Social da Cultura na PUC-Rio, onde desenvolveu sua dissertação sobre Ernani do Amaral Peixoto e a formação/atuação de seu grupo político no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é doutorando do Programa de História Social da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP/UERJ).



Embelezamento, modernização e favelização: aspectos políticos, sociais e culturais nas transformações espaciais e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro

Rafael Navarro Costa

RESUMO:

Nos últimos anos, o Rio de Janeiro tem sido (novamente) alvo de políticas públicas que buscam efetivar transformações urbanas e sociais tendo em vista, principalmente, os Jogos Olímpicos de 2016. O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro está relacionado ao papel por ela desempenhado nos diferentes momentos de sua história. Neste sentido, podemos destacar três contextos principais que contribuíram efetivamente para a configuração atual da cidade: a chegada da família real portuguesa no século XIX, as políticas de modernização da capital empreendidas no início do século XX e as transformações oriundas da organização de grandes eventos esportivos no século XXI. Em comum, os três períodos citados têm a relação de uso do solo urbano, que se transformou em uma forma de segregação espacial e também econômica e social. Assim, essas transformações não se tornaram plenas e acessíveis a todos, mas apenas para uma parte já favorecida econômica, social e politicamente. Os mais pobres foram parte deste processo, mas nem sempre de uma forma positiva.

Palavras-chave: Urbanização; favelização; Transformações espaciais; Rio de Janeiro; Jogos Olímpicos;

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro sempre ocupou papel de destaque na história do Brasil. Em 1763, tornar-se-ia sede da colônia, tomando o lugar até então ocupado por Salvador. A transferência da capital se devia, sobretudo, à mudança do eixo econômico da colônia que outrora estava firmado na cana de açúcar e a partir do século XVIII passou a explorar o ouro nas Minas Gerais. A proximidade da cidade do Rio de Janeiro com aquela região favoreceria sua consolidação como

proeminente centro portuário e econômico do país.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o Rio de Janeiro foi escolhido como morada da realeza, passando também a ser sede do governo português e, entre 1815 e 1821, tornou-se sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com a elevação do Brasil a parte integrante do Reino Unido. Após o processo de independência do Brasil e a implantação do Império, o Rio de

Janeiro permaneceu como capital do país, concentrando a vida político-partidária e sendo palco de importantes movimentos que levariam à abolição da escravidão e à Proclamação da República. O Rio de Janeiro permaneceria como capital do Brasil até 1960, quando ocorre a transferência para Brasília.

O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro está relacionado ao papel desempenhado pela cidade nos diferentes momentos de sua história. Neste sentido, podemos destacar três contextos principais que contribuíram efetivamente para a configuração atual da cidade: a chegada da família real portuguesa no século XIX, as políticas de modernização da capital empreendidas no início do século XX e as transformações oriundas da organização de grandes eventos esportivos no século XXI.

Analisar o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro nos leva a refletir sobre o conseqüente processo de favelização da cidade. As favelas são fruto de uma urbanização desordenada e acelerada, ocasionada pelo inchaço da cidade e/ou por políticas públicas de embelezamento e modernização um tanto autoritárias. Desde sua origem, a favela é local de moradia do povo trabalhador, mão-de-obra barata e disponível. A população pobre, “empurrada” para os morros, passa a habitar estas áreas de maneira aleatória, vivendo fora da órbita de alcance do poder público, sem saneamento básico e qualquer aparato legal. Embora quase sempre tenha

sido vista como algo que incomodava e desagradava às elites e ao governo, a favela não foi desde sempre lugar da criminalidade e do tráfico.

Foi no contexto da ditadura militar que os movimentos de moradores das favelas, na busca por infraestrutura e direitos essenciais, acabaram perdendo força. Em vez de exigir seus direitos, boa parte daquela população passou a se contentar com pequenos “favores”. Da metade dos anos 70 até o início dos anos 80 pouco se fez para melhorar as condições de vida nas favelas do Rio. Foi neste período que o crescimento do narcotráfico transformou as favelas em sede principal do crime organizado. A ausência de políticas habitacionais consistentes muito contribuiu para que o problema se tornasse cada vez mais grave.

Nos últimos anos, o Rio de Janeiro tem sido (novamente) alvo de políticas públicas que buscam efetivar transformações urbanas e sociais tendo em vista, principalmente, as Olimpíadas de 2016 que terá a cidade como sede. Neste estudo, nos interessa, principalmente, o período atual de transformações e o ocorrido pouco mais de cem anos atrás, comandado por Pereira Passos, por guardarem impressionantes similitudes entre eles. Todavia, não há como deixar de falarmos, mesmo que rapidamente, da história pregressa a estes momentos para que possamos entender melhor seus contextos social, político e econômico.



A Família Real portuguesa faz do Rio De Janeiro sua morada

De colônia a Reino Unido: transformações com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro

Com o decreto do Bloqueio Continental em 1806, Napoleão Bonaparte transformou a realidade da colônia portuguesa na América. Parceira comercial dos ingleses, a Coroa portuguesa se via em maus lençóis, tanto com a ameaça de invasão das tropas francesas, quanto pela possibilidade real de falência com a proibição do comércio com os ingleses. A solução encontrada por D. João foi rumar para a maior colônia do decadente império ultramarino português, o Brasil.

Em 1808, a Família Real desembarcou em Salvador, mas o local escolhido para se estabelecerem no Brasil foi o Rio de Janeiro. Como o Rio de Janeiro não possuía grandes obras ou prédios públicos capazes de acomodar a Corte portuguesa com o luxo e suntuosidade a que estavam acostumados em Portugal, a questão da moradia logo se tornou um problema, uma vez que não era tarefa fácil conseguir hospedar algo em torno de 12 a 15 mil pessoas que haviam desembarcado na cidade, acompanhando o Príncipe Regente. Para solucionar a questão, cerca de 10 mil casas foram pintadas com as letras "PR", de Príncipe Regente, abreviatura que, na prática, significava que o morador deveria sair de sua casa para dar lugar à corte portuguesa. Um funcionário do governo batia à porta e dava ao proprietário da residência três dias para sair de casa por tempo indeterminado e deixar tudo o que havia dentro dela. Não demorou muito para que a sigla "PR" ficasse popularmente conhecida como "Ponha-se na Rua".

Ainda em 1808, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil ,

responsável pela segurança e policiamento, além de serviços de melhoria como a garantia do abastecimento da cidade (sobretudo o de água, através da guarda de chafarizes), fiscalização e autorização de obras públicas, bem como a manutenção da ordem, zelando pela segurança pessoal e coletiva, fiscalizando os divertimentos públicos, reprimindo a vadiagem, investigando crimes e capturando criminosos, principalmente escravos fujões. Foram construídas pontes e calçadas e chafarizes para o abastecimento de água; abriram-se ruas e estradas e instalou-se a iluminação pública. A cidade que os estrangeiros sempre acharam malcheirosa, suja e feia começava a se expandir e a passar por um processo de embelezamento, mais próximo aos padrões europeus. Dentre as mudanças promovidas destacam-se a criação de novas igrejas, hospitais, quartéis, a fundação do Banco do Brasil - primeiro banco do país - e a criação da Imprensa Régia, com a Gazeta do Rio de Janeiro. Também foram criados neste contexto o Jardim Botânico, a Biblioteca Real (hoje Biblioteca Nacional) e a Academia Real Militar, antecessora da atual Academia Militar das Agulhas Negras.

Durante a permanência de D. João no Rio de Janeiro o número de habitantes da capital praticamente dobrou. O processo de urbanização da cidade ganhou fôlego rapidamente, avançando na direção de São Cristóvão (a Quinta da Boa Vista foi escolhida como residência oficial da família real) e da zona Sul (Flamengo, Botafogo e Laranjeiras). Um dos exemplos deste processo de urbanização foi o que ficou conhecido como "caminho das lanternas". Partindo do Campo de Santana, um longo trecho do caminho foi aterrado até que se chegasse à ponte dos marinheiros, local ermo e escuro onde D. João mandou colocar lanternas para iluminar o trajeto da ponte, que conduzia à entrada da Quinta da Boa Vista.

Um império em decadência: o processo de abolição e o advento da República

Há quem diga que o império no Brasil morreu não em 1889, ano da Proclamação da República, mas em 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Isso significa que compreender o início do período republicano no Brasil é compreender a crise em que se encontrava o sistema monárquico brasileiro que, na década de 1880 representava uma forma de governo que não correspondia mais às mudanças sociais em curso.

Além das questões religiosas e militares, a abolição da escravidão foi ponto crucial na derrubada da monarquia. O trabalho escravo sempre representou a base de sustentação da economia colonial e imperial. Se nos tempos de colônia os escravos eram os pés e as mãos dos senhores de engenho, durante o império não seria diferente. O império era o café, o café era o Vale do Paraíba e os pés e mãos que continuavam a trabalhar na lavoura eram escravizados. Por fim a uma prática que perdurara 300 anos não poderia ser tarefa fácil e, certamente, as ações neste sentido seriam tomadas lentamente. O primeiro passo foi dado em 1850 com a extinção do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz), seguido pela Lei do Ventre Livre (1871) e a do sexagenário (1885), até a Lei Áurea, em 1888.

Neste período, os quilombos eram os locais onde a resistência dos escravos e dos negros se reunia e aspectos como cultura, política, discriminação, segregação espacial

e criminalização dos mais pobres eram discutidos. Em contraponto, estes mesmos quilombos eram afirmados pelas elites como locais onde a escória da sociedade se reunia para organizar e/ou apoiar fugas de escravos e de onde partiam as ações criminosas ocorridas na cidade.

Os cafeicultores eram os principais defensores da escravidão neste contexto. A intensificação da campanha abolicionista levaria a elite cafeeira a aceitar o fim gradual da escravidão, porém, com indenização aos proprietários. A grande problemática era encontrar uma solução para a questão da mão-de-obra. A partir da década de 1870, já se iniciava no país um processo de imigração como forma de substituir o braço escravo, subvencionado pelo governo. Pouco mais de dez anos depois, a imigração tornou-se maciça e os imigrantes europeus ocuparam a maior parte do trabalho rural na economia cafeeira. Nas últimas décadas do século XIX e no início do XX, a cidade do Rio de Janeiro sofreria um crescimento rápido e desordenado. De acordo com Campos (2012), a explosão demográfica ocorrida após a chegada da Família Real foi impressionante: saltou de 60 mil habitantes em 1808 para 250 mil em 1870. Com a diminuição e consequente fim do trabalho escravo, a cidade passou a receber grande número de imigrantes vindos da Europa e de ex-escravos atraídos pelas oportunidades que se ampliavam com o trabalho assalariado.

Com a assinatura da Lei de 1888, que pôs fim à escravidão no Brasil, a elite romperia de vez com a monarquia, que cairia no ano seguinte dando lugar à República.

RIO DE JANEIRO: CAPITAL DA REPÚBLICA E VITRINE DA NAÇÃO

O processo de favelização da cidade: repressão policial e ordenamento do espaço público na virada do século XIX/XX

A tese mais difundida a respeito do processo de formação das favelas é a de que a primeira surgiu com a chegada dos soldados que combateram em Canudos e ocuparam as encostas do Morro da Providência (que ficou conhecido como Morro da Favela, dando origem à denominação) e, a partir de 1897, de Santo Antônio, ainda na área central, revelando a falta de moradias suficientes para atender a população que chegava à capital do país. Contudo, existem três teorias para a formação das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro e, a partir de agora, explicamos cada uma delas.

A primeira diz respeito a uma crise habitacional, onde a população mais pobre busca moradias em áreas mais próximas ao polo gerador de empregos. Arelada a essa característica – presente em praticamente todas as explicações existentes sobre a origem das favelas – está a desterritorialização dos escravos que voltaram da Guerra do Paraguai com a promessa de liberdade e habitação. Os cortiços existentes à época eram poucos e nem sempre com preços acessíveis aos mais pobres. Estes, assim, sem perspectivas de conseguir uma moradia, passaram a habitar as encostas dos morros, descritas na época como

“um conjunto de barracos toscos, construídos pelos moradores nos morros ou em terrenos abandonados e íngremes. Seus habitantes masculinos são malandros (boêmios, ladrões, valentes) ou aqueles cuja idade avançada ou as doenças (como a tuberculose) incapacitaram para o trabalho. As mulheres lavam e costuram para fora e as crianças vendem pela cidade doces, balas e jornais. Predominaram os negros, que já se reuniam em favelas antes mesmo da abolição, pois o governo imperial havia alforriado multidões de escravos para enviá-los à Guerra do Paraguai (1865-1870). Os que retornaram, muitos

mutilados, alojaram-se nessas habitações”. (Brasil: Nosso Século)

Uma segunda versão para o surgimento das favelas está ligada à ocupação das áreas suburbanas, permitida a partir de 1861 com a extensão da linha férrea e tornada atrativa a partir do deslocamento dos mais ricos da área central para as regiões de praias e montanhas. Associada a esta questão há mais um conflito: a Guerra de Canudos, onde uma vez mais foram prometidas habitações aos combatentes.

Com a implantação de trens e bondes, a população passou também a se espalhar para a zona Sul e subúrbio. Os bondes nortearam a ocupação da zona Sul pelas elites e os trens foram fundamentais para que a população mais pobre habitasse as áreas suburbanas.

A ocupação da zona Sul pelas elites fez com que parte da população mais pobre buscasse espaço também nos bairros que lá se delineavam, a fim de atender demandas de serviços dos mais abastados financeiramente.

Nestas duas versões, a primeira de 1870 e a segunda, de 1877, o processo de favelização da cidade é entendido como decorrente de fatos isolados, ligados ao processo de abolição da escravidão e a conflitos como as guerras do Paraguai e de Canudos. As favelas também podem ser associadas aos quilombos: passaram a ser, durante o processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, o local onde se reuniam os negros e de onde as elites tinham as piores expectativas.

advento da República, em 1889, foi tratado na época como um passo para o futuro, tirando o país do atraso e garantindo a sua entrada no grupo das grandes nações civilizadas. Transformar o Brasil era preciso e uma das primeiras medidas necessárias era dar um novo aspecto à capital, que deveria funcionar como um cartão de visitas, que alterasse seu perfil de cidade atrasada e a tornasse a vitrine do país.

“A cidade é um monstro onde as epidemias se albergam dançando sabats magníficos, aldeia melancólica de prédios velhos e acaçapados, a descascar pelos rebocos, vilas sórdidas cheirando mal [...] Não temos uma só rua digna de mostrar ao estrangeiro, um edifício notável, um grande hotel, um bom teatro”. O porto “salão de visitas da cidade, ponto de referência, amostra e ideia de quatro séculos de civilização e sujeira. Não raro, o turista que chega, mal põe o pé em terra, vai logo pondo, também, o lenço no nariz”. (Luiz Edmundo. O Rio de Janeiro do meu tempo).

Os trechos acima evidenciam o lixo e a sujeira que faziam parte do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, o que comprometia a vinda de imigrantes e de visitantes de capitais internacionais, uma vez que o porto local era um dos mais importantes do país.

Deste momento surge a terceira versão para a criação das favelas, mais precisamente em 1894. Se a partir de 1870 houve uma crescente preocupação sobre onde os mais pobres habitariam e, conseqüentemente, com o aumento dos cortiços, acentuado no período pós-abolição. Afinal, os cortiços seriam os locais mais procurados por estes libertos, considerados uma “classe perigosa” e indesejável para os habitantes da cidade. Para que o Rio não sofresse ameaças pelos hábitos e epidemias dos moradores dos cortiços, estas construções deveriam ser removidas, o que também contribuiria para o embelezamento da cidade.

O Rio de Janeiro precisava se “civilizar”. O governo Rodrigues Alves (1902-1906), que nomeou como prefeito da cidade o engenheiro Pereira Passos, tinha planos específicos para a capital, com a adoção de medidas de sanitização e de modernização. Tais medidas se concretizariam a partir de “duas frentes”: a Reforma Urbana e a Reforma Sanitária.

Reforma Urbana promoveria melhorias no porto e, através do “Bota-Abaixo”, expulsou a população pobre do centro da cidade e a empurrou para os subúrbios e

favelas, abrindo espaço para obras como o alargamento da Avenida Central. Tal população era composta, em grande parte, por trabalhadores que ocupavam os cortiços e estalagens. A ocupação das encostas de morros na zona Portuária e no Caju (Saúde e Providência) se daria de forma desordenada, dando início ao processo de favelização.

A Reforma Sanitária teria à frente o médico sanitariano Oswaldo Cruz, no combate a três doenças principais: a Peste Bubônica (caça aos ratos); a Febre Amarela (brigadas de mata-mosquitos invadiam as casas com uso de força policial) e a Varíola. O combate à esta última culminaria com a famosa Revolta da Vacina (1904), motivada pela decretação da obrigatoriedade da vacina em um contexto de agitação social. Iniciaram-se verdadeiros dias de guerra, com confrontos entre a população e forças policiais. Este “pacote” de transformações empreendido através de uma política de modernização autoritária e excludente enfrentaria a resistência dos moradores do Rio de Janeiro.

As reformas promoveram o embelezamento da cidade, cumprindo seu papel de deixar o Rio de Janeiro mais salubre e mais moderno. Entretanto, esta modernidade e progresso não eram para todos. Certamente não contemplava os pobres, escravos recém libertos, analfabetos e maltrapilhos. O Rio de Janeiro da Belle Époque não combinava com homens descalços, escarrando nos bondes, com tabuleiros em cada esquina, vacas perambulando em frente ao teatro. Isso deveria ser escondido, reprimido, proibido. É neste contexto de ordenamento do espaço público no Rio de Janeiro que a polícia passou a ter papel importante como defensora da modernidade, vigiando, reprimindo e controlando a população pobre e incivilizada que deveria apenas ocupar o papel de mão-de-obra abundante e barata. Não é difícil compreender que durante a Revolta da Vacina, além dos gritos de “abaixo a vacina” ouvia-se também gritos de “morra a polícia”.

Na virada do século XIX para o XX, tal qual ocorrera ao longo do período imperial, a polícia fazia uso de intimidação e maus-tratos na busca pela manutenção da ordem. Entretanto, naquele contexto, a hostilidade e o medo dariam lugar também à violência recíproca entre o público e a polícia através de revoltas como a do Vintém, pela prática de capoeira, pelo desrespeito tácito ao toque de recolher. A repressão passaria a ser cada vez mais implacável e a resistência também começava a crescer.

A partir dos anos de 1930 as favelas ganham maior visibilidade na cidade. O Plano Agache, primeiro documento oficial a citar a presença de favelas no Rio de Janeiro, tinha como proposta a intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro com preocupações genuinamente modernas. Concluído em 1930, introduziu no cenário nacional algumas questões típicas da cidade industrial, tais como o planejamento do transporte de massas e o abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. Além disso, apresentava discussões emergentes que iam desde a necessidade de um zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, ultrapassando os limites teóricos das intervenções feitas por Pereira Passos e Paulo de Frontin. No censo de 1948, já se registrava uma população de 138.837 habitantes morando em 105 favelas, o que representava 7% da população da cidade.

Durante o período que vai de 1945 a 1965, surgem novos conflitos em relação às áreas valorizadas da cidade e à presença de população pobre nesses locais. As favelas, apesar de incômodas, serviram como instrumento político, como campo de atuação de políticos, que ofereciam barganhas para os favelados em troca de votos, que nessa época representavam quase 10% da população carioca. A favela passa a ter, portanto, maior visibilidade no cenário político e cultural da época. Na década de 30, o samba, que nasceu na praça Onze e

depois subiu as favelas, passa a figurar nos principais circuitos da música carioca, assim como as escolas de Samba - até hoje muito ligadas às favelas -, que começam a fazer parte do programa oficial do carnaval da cidade.

O período de 1960 a 1980 foi de muitas incertezas para a população da favela, marcado principalmente por remoções e intensa opressão política. As associações e organizações dos moradores que começaram a se formar na década de 1940 e 1950 foram completamente dissolvidas durante o período de repressão política. Além disso, as décadas de 1970 e 1980 foram particularmente difíceis para a cidade do Rio de Janeiro, por conta do esvaziamento político e econômico causado pela transferência da capital para Brasília. A política habitacional adotada pelo governo da ditadura foi um programa maciço de construções habitacionais, através do BNH e da Cohab, que muitas vezes não atingia os pobres e, apesar das remoções, provocou um aumento da favelização.

As décadas de 1970 e 1980 trouxeram ainda outros fatores que levaram ao crescimento das favelas e de seus habitantes. Foram nestas décadas que ocorreram a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, consequência da transferência da capital de República da cidade do Rio de Janeiro para Brasília que não satisfiz ou melhorou a condição de nenhum dos dois estados. Houve um aumento populacional no novo estado criado a partir da fusão, associado à queda do PIB e ao baixo crescimento econômico.

Quando na década de 1990 o poder municipal passou a defender que as favelas não fossem extintas, mas urbanizadas e integradas à cidade, os traficantes já dominavam estas regiões, cuja população crescia de forma acelerada. Alguns programas foram implementados, com o objetivo de oferecer saneamento, infraestrutura e urbanização às comunidades. Entretanto, é distante a perspectiva de urbanizá-las, se for considerado tudo o que o termo urbano traz implícito. Ainda há muito a se fazer no que concerne ao enfrentamento da desigualdade ainda latente na cidade do Rio de Janeiro.





O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO? A CONFIGURAÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA.

Em 2 de outubro de 2009, após reunião e votação do Comitê Olímpico Internacional (COI) realizada em Copenhagen (Dinamarca), a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A escolha como cidade-sede dos jogos olímpicos foi a senha para que um novo, longo e profundo processo de transformação da cidade tivesse início, mesmo tendo sido esta mesma cidade do Rio de Janeiro sede dos Jogos Pan-americanos dois anos antes, em 2007. Vale ressaltar também que entre os dois eventos sediados na cidade, o Brasil recebeu uma edição da Copa do Mundo de Futebol (2014), onde o Rio de Janeiro foi uma das cidades-sede. O estádio do Maracanã teve um papel de destaque no evento, uma vez que recebeu a final da competição.

O Pan-americano, a Copa do Mundo e as Olimpíadas são os grandes responsáveis pelas transformações que podemos perceber atualmente na cidade. Uma das alegações das candidaturas carioca (no caso do Pan-americano e dos Jogos Olímpicos) e brasileira (na Copa do Mundo) era a de que os processos para sediar tais eventos trariam modificações que impactariam de forma positiva tanto na economia quanto no social, gerando um importante, desejado e

LEGADO PARA QUEM?

“A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação”. (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996, p. 52)

Em 1996, ano da primeira candidatura à sede dos Jogos Olímpicos, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro já traça como grande trunfo a mudança e transformação da cidade. Passadas duas décadas e três candidaturas, a última vitoriosa, a população ainda espera pela efetiva transformação e legado.

Ao utilizar como pressuposto para as

necessário desenvolvimento para a cidade e o país. Utilizando um termo bem popular atualmente, é o chamado (e hoje bastante questionado) “legado” que estes eventos deixariam para cariocas e brasileiros.

Assim como neste período, onde megaeventos esportivos vêm mobilizando as três esferas de governo nas transformações pelas quais a cidade passa desde a primeira década do século XXI, o Rio de Janeiro teve outras fases de sua história marcadas pelas transformações espaciais e urbanísticas. Conforme analisamos anteriormente, o primeiro deles diz respeito à chegada da Família Real portuguesa à cidade, transformando-a praticamente em capital do já decadente Império português. O segundo - já no período republicano - no início do século XX, quando o Prefeito Pereira Passos e o sanitarista Oswaldo Cruz implementaram um projeto de reforma urbana e sanitária na capital da República. Em comum, os três períodos citados têm a relação de uso do solo urbano, que se transformou em uma forma de segregação espacial e também econômica. Assim, essas transformações não se tornaram plenas e acessíveis a todos, mas apenas para uma parte já favorecida econômica, social e politicamente. Os mais pobres foram parte deste processo, mas nem sempre de uma forma positiva.

três tentativas de se tornar cidade sede de uma edição dos Jogos Olímpicos uma suposta “vocação olímpica”, os agentes do poder público - em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) - adotam uma estratégia empregada por outras cidades que conquistaram o direito de receber os Jogos Olímpicos, identificada com o projeto neoliberal, de incentivar parcerias público privadas (PPP) para desenvolver não apenas as reformas estruturais nas cidades, mas também para o processo de construção de materiais para a concorrida campanha entre as cidades que pleiteiam sediar as Olimpíadas.

A segurança pública sempre esteve na pauta principal de ações que deveriam ser desenvolvidas e melhoradas na cidade do Rio de Janeiro. Como foi introjetado pelo poder

público - e por boa parcela da população - que crimes e favelas andam lado a lado, as ações destinadas à segurança pública tiveram seu foco nesses espaços.

A principal ação neste sentido foi a criação, em 2008, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). De acordo com o sítio eletrônico da Unidade de Polícia Pacificadora, podemos defini-las da seguinte forma:

“A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs - planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional - foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública(...). A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades”. (www.upprj.com.br – acessado em 02/07/2016)

Com quase uma década de funcionamento, houve um grande desgaste da imagem das UPPs no Estado do Rio de Janeiro. Passado o impacto inicial de sua criação e instalações nas comunidades que, em teoria, estariam livres do tráfico de drogas e do comando de organizações criminosas, a segurança pública encara hoje seu período de maior incerteza no Rio de Janeiro.

Escândalos como o do pedreiro Amarildo, que desapareceu após abordagem realizada por policiais de uma UPP, associados à crise econômica (e política) do estado do Rio de Janeiro, que não consegue nem mesmo arcar com as despesas de pagamento da folha salarial de seus servidores, faz com que a insegurança seja o verdadeiro legado neste aspecto.

Na construção deste legado, voltamos a presenciar a utilização do espaço enquanto forma de segregação econômica e exclusão social. O que falar sobre o processo de desmantelamento da Vila Autódromo? Os moradores pobres que foram deslocados contra sua vontade são o que podemos chamar de “vizinhos indesejáveis” (Oliveira, 2015, p. 169), que precisam ser despejados e cedem lugar a projetos que valorizam a área

e fortalecem a especulação imobiliária. Com o pressuposto de que um reordenamento do espaço urbano é necessário para o atendimento de condições impostas por organismos internacionais, o caminho está aberto para que uma vez mais as necessidades das elites sejam sobrepostas às da classe mais pobre.

Apesar de um espaço de mais de cem anos entre a Reforma Urbana de Pereira Passos e as transformações e intervenções efetuadas para recebermos os Jogos Olímpicos, continuamos opondo embelezamento e modernidade à população pobre e favela. Uma série de obras (que eram estimadas em 14,4 bilhões de dólares e já consumiram quase três vezes mais) ainda em curso e em diferentes estágios comprovam essa teoria. Porto Maravilha, ampliação do Elevado do Joá (recém inaugurado e com trechos que precisaram ser “remendados”), uma ciclovia à beira-mar que não resiste às ressacas, um projeto de despoluição da Baía de Guanabara que não avança satisfatoriamente, intervenções de mobilidade como um BRT que já nasce com sua capacidade esgotada e um VLT que apresenta dificuldades técnicas já no início de sua operação, a linha 4 do metrô que custa 70% a mais do que previsto em seu orçamento, um centro de imprensa para as transmissões em que equipamentos de equipes alemãs e mexicanas foram roubadas, equipamentos esportivos que geraram gastos de bilhões de reais e muito provavelmente serão abandonados ou entregues para a administração da iniciativa privada sem que seus custos sejam minimamente ressarcidos aos cofres públicos.

Os legados olímpicos custaram caro à educação e saúde públicas que, curiosamente, não têm nenhum destaque nos projetos e aspirações olímpicas do Rio de Janeiro. Nesse momento, profissionais das escolas públicas estaduais estão em greve, as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) estão fechadas e/ou sucateadas. Os mais pobres estão pagando – e ainda pagarão por mais algum tempo – pelo projeto de uma cidade olímpica que não lhes inclui.

Cabe ao poder público e à população planejar e construir soluções que efetivamente venham a enfrentar e solucionar, mesmo que a médio e longo prazo, os problemas estruturais que ainda afetam a população do Rio de Janeiro. Infelizmente, ainda não será com a passagem da tocha olímpica que teremos o fim do estado de calamidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- AMARAL, Ricardo; OGURI, Raquel. A cara do Rio. Rio de Janeiro: Para Cultural, 2016.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcante. A polícia e a força policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Puc-RJ, Divisão de Intercâmbio e edições, 1981.
- BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.
- HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas (org.). Rio de Janeiro: Cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Anpur, 2015.
- SILVA, Marta do Nascimento; FERREIRA, Álvaro. A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul Carioca. Rio de Janeiro, 2010, 157p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.



www.vivario.org.br